



## PODER

# Lula telefona, e ministro denunciado pede demissão

Por orientação do presidente, Juscelino Filho deixa a pasta das Comunicações após ser acusado pela PGR de desvio de emendas

» MAIARA MARINHO  
» VICTOR CORREIA  
» LUANA PATRIOLINO

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, pediu demissão do cargo após ser denunciado por corrupção pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Ele é acusado de participar de um esquema de desvio de emendas parlamentares quando era deputado federal pelo União Brasil do Maranhão, mas nega ter cometido irregularidades.

Juscelino decidiu deixar o cargo após conversar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por telefone. Segundo a Secretaria de Comunicação do Planalto, o chefe do Executivo pediu ao ministro que decidisse pela demissão para se dedicar à própria defesa.

A saída do titular das Comunicações também foi acertada em almoço entre a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, e o presidente do União Brasil, Antônio Rueda. A pasta deve permanecer sob o controle da legenda, com o líder do União na Câmara, deputado Pedro Lucas Fernandes (MA), como o mais cotado para assumi-la.

A PGR oficializou a denúncia contra Juscelino Filho ao Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, conforme apurou o portal UOL. Quando foi indiciado pela Polícia Federal por organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção passiva, em junho do ano passado, o ministro recebeu um recado de Lula. Em entrevista, o presidente afirmou que, caso houvesse um indiciamento pela PGR, ele seria afastado. Com a reforma ministerial travada, a saída dele pode movimentar as cadeiras na Esplanada.

Juscelino foi indiciado no ano

passado por supostamente ter aceitado propina pelo desvio de emendas. De acordo com os investigadores, ele teria enviado R\$ 5 milhões para a cidade de Vitorino Freire (MA), cuja prefeita era a irmã dele, Luanna Rezende, para asfaltar uma estrada que dá acesso a propriedades da família. A PF também apontou fraude na licitação das empresas que fizeram a pavimentação da estrada, sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codervas). À época, Juscelino acusou a PF "ação política" e questionou as medidas adotadas pela corporação.

Relator do caso no STF, o ministro Flávio Dino, que recebeu o relatório final das investigações feitas pela Polícia Federal, abrirá prazo para os advogados de Juscelino apresentarem a defesa. Feito isso, a denúncia será analisada pelos ministros da Corte, que decidirão se as informações no relatório são suficientes para abertura de uma ação penal, tornando Juscelino réu.

### "Infundadas"

Em carta divulgada após entregar o cargo, o ministro afirmou que sua decisão foi baseada em "respeito ao povo e ao governo". "Hoje tomei uma das decisões mais difíceis da minha trajetória pública. Solicitei ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva meu desligamento do cargo de ministro das Comunicações", afirmou. "Não o fiz por falta de compromisso, muito pelo contrário. Saio por acreditar que, neste momento, o mais importante é proteger o projeto de país que ajudamos a construir e em que sigo acreditando."

Na carta aberta, ele disse que "teve o apoio incondicional do presidente Lula", líder a quem

Ricardo Stuckert / PR



Juscelino disse não querer criar constrangimento ao presidente Lula, por isso decidiu pedir demissão



**As acusações que me atingem são infundadas, e confio plenamente nas instituições do nosso país, especialmente no Supremo Tribunal Federal, para que isso fique claro"**

**Juscelino Filho, ex-ministro das Comunicações**

admira profundamente e que sempre garantiu "liberdade e respaldo para trabalhar com autonomia e coragem".

"A decisão de sair agora também é um gesto de respeito ao governo e ao povo brasileiro. Preciso me dedicar à minha defesa, com serenidade e firmeza, porque sei que a verdade há de prevalecer. As acusações que me atingem são infundadas e confio plenamente nas instituições do nosso país, especialmente no Supremo Tribunal Federal, para que isso fique claro", acrescentou.

Em nota, a defesa do ministro disparou críticas ao Ministério Público, afirmando que a informação sobre a denúncia da PGR foi vazada para jornalistas antes de ser incluída nos autos do processo. "Temos um indício perigoso de estarmos voltando à época punitivista

do Brasil, quando o MP conversava primeiro com a imprensa antes de falar nos autos", escreveram os advogados Ticiano Figueiredo, Pedro Ivo Velloso e Francisco Agosti.

A defesa enfatizou que, como deputado federal, Juscelino indicou emendas apenas para obras em benefício da população e que os processos de licitação, execução e fiscalização são de competência do Executivo, não de quem indicou as emendas.

O União Brasil, por sua vez, reiterou o apoio a Juscelino. "Reafirmamos que denúncias não equivalem a culpa e que o princípio da presunção de inocência deve ser respeitado", frisou, em declaração. "O partido permanece ao lado do ministro, confiante de que ele poderá esclarecer todos os pontos levantados e reafirmar sua integridade perante a Justiça."

## As críticas de Barroso

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, criticou, ontem, a forma como o Orçamento é gerenciado e destacou que as emendas parlamentares fragmentaram a aplicação dos recursos. As declarações ocorreram em evento em São Paulo.

"O investimento no Brasil é dificultado por um Orçamento altamente engessado. As vinculações orçamentárias comprometem a capacidade de um Estado, de um governo de maneira geral", declarou.

Segundo o ministro, a Corte tem feito esforços para disciplinar a utilização das emendas, para garantir que elas sejam destinadas a projetos estruturantes, e não apenas para o "aparelhamento da política local".

Os Três Poderes travam uma batalha envolvendo as emendas desde o ano passado, quando o ministro Flávio Dino, do STF, determinou uma série de medidas para aumentar a transparência e a rastreabilidade dos recursos. Como resultado das determinações do magistrado, Congresso e Palácio do Planalto formularam um plano de trabalho, homologado em fevereiro pela Corte e apresentado por meio da Resolução 1/25.

Após a aprovação do texto, porém, o PSoL e o Instituto Não Aceito Corrupção (Inac) entraram com ações no STF argumentando que a resolução deixa brechas para manter o anonimato dos autores das emendas.

Dino, por sua vez, fixou prazo para a Advocacia-Geral da União e o Congresso explicarem a decisão. A AGU respondeu na última sexta-feira. (MM e VC)

## NAS ENTRELINHAS



**Por Luiz Carlos Azedo**  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Emendas parlamentares derrubam ministro das Comunicações

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, decidiu pedir demissão do cargo após ser denunciado por corrupção pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Suspeito de participação em esquema de desvio de verbas, a situação do ministro na Esplanada se tornou insustentável, ainda mais porque já estava exposto a desgastes desde quando foi indiciado pela Polícia Federal no ano passado. À época, ele acusou a PF de realizar uma "ação política" e questionou as ações da corporação.

Juscelino é acusado de ter desviado recursos públicos no montante de R\$ 5 milhões para a cidade de Vitorino Freire, no Maranhão, cuja prefeita é a irmã dele, para asfaltar uma estrada que dá acesso a propriedades da família. A PF também apontou fraude na licitação para fazer a pavimentação. Hoje, a PGR enviou a denúncia ao gabinete do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso. A situação criou um enorme constrangimento para o governo. O ministro nega qualquer irregularidade.

Gato escalado por causa da Lava Jato, o presidente Luiz Inácio Lula da

Silva anda no fio da navalha quando surge alguma denúncia contra um de seus ministros. De um lado, faz uma veemente defesa do direito à presunção de inocência dos investigados, o que o impede de demiti-los de pronto; de outro, porque o tema da ética é uma das questões mais sensíveis para seu governo, para o qual qualquer escândalo de corrupção pode ser fatal do ponto de vista de imagem, devido à memória do mensalão e da Lava Jato.

A ministra das Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, e o presidente do União Brasil, Antônio Rueda, já estão negociando a substituição de Juscelino na pasta. O indicado pela legenda é o líder do União na Câmara, deputado Pedro Lucas Fernandes (MA). Hoje, provavelmente, a saída do ministro será formalizada com o rito tradicional: deixar o cargo para cuidar da própria defesa.

O caso de Juscelino é apenas a ponta de um iceberg na Câmara dos Deputados, para a qual o ministro volta, com as prerrogativas de imunidade do mandato parlamentar, entre as quais o direito ao sigilo das investigações. As apurações sobre emendas parlamentares no

Brasil decorrem de suspeitas de desvio de recursos públicos, corrupção, favorecimento político e mau uso do dinheiro destinado a obras e projetos nos estados e municípios.

São emendas propostas por deputados ou senadores, geralmente para seus redutos eleitorais. No caso do chamado orçamento secreto (RP9), descobriu-se que bilhões de reais em emendas de relator eram distribuídos sem critérios públicos claros, favorecendo aliados do governo. Há várias operações em curso, envolvendo dezenas de parlamentares.

### As investigações

Em 3 de abril de 2025, a PF, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrou a terceira fase da Operação Overclean. Foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão em Salvador, São Paulo (SP), Belo Horizonte e Aracaju. A investigação apura um esquema de corrupção e desvio de R\$ 1,4 bilhão em recursos públicos, envolvendo superfaturamento de contratos e fraudes em licitações relacionadas a prefeituras e ao Departamento

Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Os crimes teriam ocorrido entre 2018 e 2024 e envolvem pessoas ligadas a oito partidos políticos: MDB, PP, PSD, PSDB, PT, Republicanos, Solidariedade e União Brasil.

A Operação EmendaFest, deflagrada em 13 de fevereiro de 2025, investiga desvios de recursos públicos provenientes de emendas parlamentares destinadas a um hospital no Rio Grande do Sul. Foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão e dois de busca pessoal. Entre os alvos, estão Cliver André Fiegenbalm, diretor administrativo e financeiro da Metroplan, e Lino Rogério da Silva Furtado, secretário parlamentar do deputado federal Afonso Motta (PDT-RS). Ambos foram afastados de suas funções públicas.

Essas investigações geraram um impasse entre o Supremo e os líderes do Congresso, depois que Flávio Dino, às vésperas do Natal do ano passado, determinou a suspensão do pagamento de 5.449 emendas de comissão, que somam R\$ 4,2 bilhões do Orçamento da União, por falta de transparência. Diante da suspeita de irregularidades nas

emendas, o ministro determinou a abertura de investigação pela Polícia Federal. A aprovação do Orçamento da União foi suspensa até que se chegasse a um acordo com relação aos critérios de transparência para distribuição das emendas.

Em março de 2025, o Congresso Nacional promulgou a Resolução 1/25, estabelecendo novas regras para a apresentação e indicação de emendas parlamentares ao Orçamento. Entre as principais alterações estão a obrigatoriedade de atas públicas das reuniões que decidem sobre as emendas e a exigência de justificativas detalhadas para as emendas de comissão e de bancada estadual.

Essas ações refletem um esforço contínuo para aumentar a transparência e a fiscalização no uso das emendas. Em segredo de justiça, os ministros Flávio Dino e Cármen Lúcia são responsáveis pelo maior número de inquéritos, com três casos sob a relatoria de cada um. Os ministros Luiz Fux, Nunes Marques e Cristiano Zanin relatam dois inquéritos cada, enquanto o ministro Gilmar Mendes é responsável por um inquérito sobre corrupção em emendas no Ceará.